

**Ata 007/2019 do Conselho Municipal da Juventude – COMJUV.**

Reuniram-se no dia 11/10/2019, às 17 horas, no plenarinho da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú para mais uma reunião ordinária do Conselho, que teve como ordem do dia o convite feito ao Vereador Leonardo Martins (Piruka) para esclarecer sobre o Programa Pró-Jovem Trabalhador e o processo judicial que se instaurou em razão do programa, visto que este envolve o município e sua juventude diretamente em via judicial. A reunião teve início presidida pelo presidente deste conselho, Ricardo Oliveira, onde foi tratado dos seguintes itens, na respectiva ordem: 1) leitura do edital de convocação da presente Assembleia com a ordem do dia. 2) leitura da ATA da sessão realizada no dia 13/09/2019, onde, por iniciativa do conselheiro Guilherme Cardoso, representando os estudantes universitários – CARB, foi questionada a atual saúde financeira do município haja vista a recente visita de Jayana Nicaretta, Secretária Nacional de Juventude, e em razão desta visita, a eminente possibilidade de se firmarem novas parcerias com o Governo Federal, o que depende, obrigatoriamente, da saúde financeira regular da municipalidade a fim de promover tais iniciativas, como projetos, programas e políticas públicas voltadas aos jovens de Balneário Camboriú. 3) Após, tratou-se do relatório da ação 5015927-51.2015.4.04.7208 que tramita perante a 2ª Vara Federal de Itajaí/SC, de autoria do município de Balneário Camboriú em face à União Federal. (3.1) A fim de recapitular o assunto e apresentar ao pleno deste conselho os trabalhos feitos pela Comissão de Lei e Projetos que se reuniu para estudar a ação proposta pelo município, foi lido a ata da reunião 006/2019, realizada no dia 13 de setembro deste ano, cujo teor se faz anexo a esta Ata. (3.2) Ricardo passa a palavra para Guilherme Cardoso. Guilherme Cardoso agradece ao vereador Leonardo pela presença e esclarece que na última reunião, enquanto se debatia o Plano Municipal de Juventude, foi indagado ao atual Diretor do Departamento de Juventude, Douglas Aguirre, sobre a situação atual do DEAJ. Na ocasião Douglas atendeu de pronto a indagação e informou que existe um processo judicial e, depois de deliberação do plenário, foi chamado o atual vereador para nos esclarecer alguns pontos. Guilherme Cardoso parabeniza o presidente pela condução e informa que foi feito um relatório jurídico pelo membro Gabriel, representante da OAB/BC.. (3.3) Em seguida, o conselheiro Gabriel Azevedo, Conselheiro o qual foi atribuído o dever de elaborar o relatório da referida ação em razão de seu labor e da representação da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) fez a leitura do mesmo, cujo teor também se faz anexo a esta ATA. (3.4) Posterior à leitura, foi dado tempo livre ao Vereador Leonardo Martins (Piruka), convidado para a sessão do dia, para que exercesse o direito de resposta, uma vez que sua participação se deu por ser o Diretor do Departamento de Assistência a Juventude à época, cujas as atribuições incluem *supervisionar a administração e funcionamento das entidades destinadas ao atendimento na área da juventude, bem como apoiar, acompanhar e assessorar projetos de interesse da juventude*, conforme lei 2.798/08. Em resposta ao relatório apresentado o Vereador disse que quando assumiu a Diretoria do Departamento de Assistência a Juventude o mesmo encontrava-se abandonado, sucateado, sem uma sala para trabalhar sequer e que com muito esforço conseguiu uma sala na secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, um computador e um telefone. Disse também que não teve contato com o programa, que o mesmo era controlado pelo ex Secretário Desenvolvimento e Inclusão Social, o Sr. Luiz Maraschin, o qual o afastou do programa PROJOVEM

① *Rodrig* *2* *5015927-51* *0621*

TRABALHADOR. Disse também que com frequência fazia visitas as aulas. Disse também que, pelos dados apresentados no relatório, os 381 (trezentos e oitenta e um jovens) foram qualificados com menos de 50% (cinquenta) por cento da verba destinada ao programa, discordando do relatório apresentado pelo MTE quanto as contas prestadas pela empresa licitada. Concluiu ressaltando que não tinha contato com o programa, não o gerenciava nem o supervisionava, não tendo qualquer tipo de contato com as contas do programa. (3.4.1) Na sequência foi aberto aos Conselheiros interessados para que se inscrevessem para fazer perguntas após a fala do vereador, momento em que o conselheiro teve 02 (dois) minutos para perguntar e o Vereador Leonardo o tempo de 4 (quatro) minutos para responder. (3.4.2) Douglas perguntou como funcionarão as inscrições. Ricardo esclarece que enquanto o sr. Leonardo Martins Machado falar passará um papel e as pessoas interessadas podem fazer sua inscrição. (3.5) Ricardo passa a palavra para Sr. Leonardo Martins Machado. Leonardo Martins Machado parabeniza o COMJUV pelo trabalho que vem sendo realizado, além de tecer elogios ao presidente Ricardo pela condução dos trabalhos do Conselho e se dirigir ao Conselho com muito respeito, segundo o vereador. Contudo, expõe seu descontentamento com o que chamou de “forças obscuras” que utilizaram-se do convite para buscar denegrir a sua imagem nos meio de comunicação de Balneário Camboriú. Leonardo Martins Machado disse que gostaria de ter tido acesso ao Relatório com antecedência, já que desconhece as questões por nunca ter sido gestor jurídico do contrato. Nas palavras dele, o DEAJ foi criado em 2008 pelo ex-prefeito Rubens Spernau, sendo ocupado por alguém que ele desconhece, mas que, segundo servidores da época, nunca tinha ido até a Secretaria de Inclusão Social, e que pra ele é uma grande tristeza. Relata que, quando assumiu o DEAJ, não tinha nem sala. Essa situação fez com que o trabalho fosse dificultoso. Em Relação ao Projovem Trabalhador, era um projeto desenvolvido pelo Ministério do Trabalho, e em Santa Catarina tinha como representante a atual deputada estadual “Paulinha”. Todos os trabalhos realizados foram coordenados por “Paulinha” e Luiz Maraschin, onde alega que não tinha acesso à isso. Quando soube do Projeto já havia tido Dispensa de Licitação para contratação de uma empresa de Brusque, do ex-prefeito de Brusque, do PDT à época. Continua sua fala dizendo que não teve nenhuma reunião formal, pois o projeto não era capitaneado pelo DEAJ, mas sim pela Secretaria de Inclusão Social. Diz também que muito das prestações de conta ele não tinha acesso, até porque ele foi exonerado em março de 2012, e a prestação de contas foi encaminhada em dezembro de 2012. Finaliza sua fala inicial dizendo que não tinha conhecimento sobre a totalidade do processo e que responderia as perguntas do Plenário. Leonardo Martins Machado alega que acompanhava as aulas por preocupação com a evasão escolar, já que era aluno da Udesc à época, e mesmo ali, com vestibular concorrido, já havia um número considerável. Na sua concepção, o Projeto ainda tinha peculiaridades, já que muitos trabalhavam durante o dia, tinham filhos, e o curso era a noite. Continua dizendo que à época foi comemorado a meta batida por integração de alunos no mercado de trabalho. Também recorda que, no âmbito federal, alguns agentes públicos tinham sido presos, pois, em algumas partes do Brasil, principalmente no Nordeste, os alunos nunca tinham frequentado as aulas, e a Controladoria do Município apontou lisura. Falou que só foi concluído com 387 alunos porque o Município decidiu abriu mão do recurso, por isso elogiou o diretor administrativo da época. Também elogiou o conselheiro Gabriel pelo Relatório, e que seu nome não aparecia no Processo, pois ele não tinha procuração para tomada de decisões do Projeto. Gabriel explica para o Plenário sobre os recursos devolvidos, pois houveram divergências quanto ao entendimento do processo. (3.5.1) Douglas pede a palavra e diz que, ao compulsar o Processo do TRF-4, vislumbrou que a desembargadora do caso questionou a prestação de contas, pois a empresa contratada apresentou uma



nota única de R\$ 357 (trezentos e cinquenta e sete) mil reais, sem nem ao menos falar sobre como ocorreu a contratação dos professores. (3.5.2) Leonardo Martins Machado diz que foi repassado o recurso de aproximadamente 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor total, mas o alcance foi de mais de 76%, e que o processo se deu contra a empresa pela forma que apresentou suas contas, e não propriamente o Município de Balneário Camboriú. (3.6) O presidente abre para as perguntas. (3.6.1) Thiago Pacheco abre sua fala cumprimentando todos os presentes e faz referência à fala do Sr. Leonardo Martins Machado quando disse que não gerenciava o Projeto, contudo, à época da campanha eleitoral, quando o próprio Sr. Leonardo Martins Machado foi pedir o voto de sua família, apresentou um material onde dizia que ele era responsável, e no próprio perfil da rede social *Facebook*, mostra que foi o gestor responsável pelo Pro Jovem Trabalhador, onde se encontra a informação de 500 (quinhentos) jovens atendidos. (3.6.1.1) Leonardo Martins Machado inicia sua resposta dizendo que foram 500 (quinhentos) jovens inicialmente matriculados e que, infelizmente, não se formaram. Disse que não tinha a gestão jurídica do Projeto, mas que acompanhava, ia nos núcleos e que seu papel era incentivar os alunos. (3.6.1.2) Thiago Pacheco então pergunta se o material de campanha e publicações eram mentira. (3.6.1.3) Leonardo Martins Machado diz que não foi responsável jurídico, mas que fazia o acompanhamento. A responsável jurídica era a DR Vale. (3.6.2) Matheus Rafaeli, próximo inscrito, cumprimenta a todos os presentes, e pergunta se sua assessora, Marlene Cechin, foi funcionária da DR Vale, e qual era seu papel na empresa. (3.6.2.1) Leonardo Martins Machado responde que sim, que a conheceu através do Projeto, não se recorda qual o papel dela na empresa. Também relata que no meio desse processo, ela entrou com uma ação trabalhista contra a antiga empresa, pois a empresa não pagou funcionários e fornecedores, já que a Prefeitura Municipal devolveu o dinheiro para a União. (3.6.3) Douglas Aguirre abre sua palavra diz que apresentou um outro documento, trazendo as contas para o Conselho. Relata que existe uma planilha de posse do Ministério do Trabalho enviada à Controladoria, que diz que quando finalizou a execução do Projovem, nós tivemos no SIM Projovem, a inserção de 74 alunos no Sistema, ou seja, depois da finalização do Projeto, 74 alunos foram inscritos depois. Pergunta ao vereador se ele sabe quem tinha acesso ao sistema, pois isso claramente mostra uma situação irregular. (3.6.3.1) Leonardo Martins Machado diz que necessita ser chamada a sra. "Edina" e o sr. Luiz Maraschin, pois nunca teve acesso à esse sistema. Também relata que não havia computadores nos núcleos, o abastecimento dos dados acontecia posteriormente baseado em "Presenças". (3.6.3.2) Douglas pergunta se pode chamar a sua assessora para explicar essa situação. Leonardo Martins Machado diz que nessa situação ela não pode ajudar, pois ela também não tinha acesso à esse sistema, e que a "Edina" seria a melhor opção. (3.6.4) Gean Garaes cumprimenta a todos os presentes e expõe seu descontentamento com os resultados do Projeto, e pelas metas não terem sido atingidas. Relata que à época era jovem, buscando sua inserção no mercado de trabalho, e que esse Projeto seria muito importante. Perguntou ao sr. Leonardo Martins Machado que, como ele se mostrou tão crítico à empresa gestora, se ele tem algum vínculo com a empresa e seu pai foi professor de noções de Direito no Projeto, além de perguntar como foi o processo de escolha. (3.6.4.1) Leonardo Martins Machado pergunta a idade de Gean Garaes, que responde 27 (vinte e sete) anos. Leonardo Martins Machado disse que não tem ligação nenhuma com a DR Vale, pelo contrário, sempre que foi perguntado fez duras críticas à empresa, e que acredita que o Município poderia ter feito a gestão dos recursos, mas por uma escolha política não o fez. Acerca da contratação do Sr. Álvaro Machado, seu pai, não o sabe, e indaga o membro Gabriel acerca do assunto. Relata que seu pai é um dos advogados mais conceituados da cidade, talvez do Estado, e na época existia uma grande

dificuldade de encontrar bons professores para dar aula, pois pagavam muito pouco, entre 4 (quatro) e 5 (cinco) reais a hora, e na grade existia a obrigação de inserção de Noções de Direito. Seu pai não o fazia por dinheiro, e que até doava para os alunos o que recebia para que pudesse "rachar" uma pizza, ou algo no gênero, pois a realidade dos alunos era muito diferente da realidade que ele e sua família vivem, infelizmente. Também relata que, como a realidade daquelas pessoas era diferente, poderiam ter acesso ao conhecimento do sr Álvaro somente se houvesse o cometimento de um crime, e não era essa a ideia dos idealizadores do projeto. Leonardo Martins Machado também disse que sempre foi prezado pela contratação dos melhores profissionais. Também não se recorda como a OAB fez indicação do sr. Álvaro, e que outros profissionais também deram essas aulas. (3.6.5) O presidente Ricardo de Oliveira indagou o Sr. Vereador, Leonardo Martins Machado, sobre um documento apresentado pela ADRVALE na prestação de contas ao Governo Federal, no qual consta a relação do corpo técnico do PROJÓVEM onde o Vereador está como Gestor do programa e questionou sua resposta em pergunta anterior quando disse não ser o gestor do programa..(3.6.5.1) Leonardo Martins Machado disse que desconhecia o documento, bem como acredita que trata-se de perseguição da ADRVALE, uma vez que ele sempre foi um contundente crítico da empresa. (3.6.6) Eduarda Montibeller questionou se durante o Programa ele não percebeu o não cumprimento das metas, conforme alegação de que o Vereador acompanhava todos os processos. (3.6.6.1) Leonardo Martins Machado disse que não era o responsável legal do contrato, mas que apenas acompanhava as aulas para que não houvesse evasão. (3.6.7) Guilherme Cardoso relatou que o valor processual em sendo o caso de perda por parte do município, corresponde ao valor anual repassado às políticas de juventude no município, logo, tal preocupação é mais do que válida. (4) Após as perguntas o vereador Leonardo pediu a palavra para fazer suas considerações finais, onde disse (4.1) que ficou feliz por poder participar e ajudar este conselho a sanar as dúvidas que surgiram, bem como que ficou triste por se fazer presente apenas pelo fato de sua presença ser decorrente de "forças ocultas", os quais querem vincular seu nome em manchetes de jornais negativas a sua imagem. (4.1.1) a palavra foi interrompida pelo presidente Ricardo que explicou ao vereador que não houve ataque e que, caso o discurso continuasse nessa direção, teria de abrir a palavra aos demais conselheiros que se sentissem ofendidos para que, assim como ele, possam exercer seu direito de defesa. (4.2) ao fim, o vereador encerrou seu discurso agradecendo a presença e a colaboração de todos. (5) após votou-se por unanimidade de votos em convidar a assessora do vereador Leonardo, Marlene, pessoa responsável à época por cadastrar os jovens participantes do programa PROJÓVEM no sistema SIMPROJÓVEM. 6) após tratou-se dos assuntos gerais onde (6.1) o conselheiro Gabriel pediu para retificar a ATA 006 alterando o texto substituindo a palavra "convocado" por "convidado", haja vista que o vereador foi convidado e o conselho não tem poder para convocações. O que foi aprovado por unanimidade dos votos. 7) a reunião foi encerrada as 18:30.

(4)

Nathaus Rafaeli  
Rodrigo

Guilherme Cardoso